

HABEAS CORPUS Nº 548.384 - RS (2019/0355744-0)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
RICARDO MARQUES BORBA - RS017316
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
PACIENTE : JOCEMIR RECALCATI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **JOCEMIR RECALCATI**, contra decisão do eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** que deu provimento ao **Agravo em Execução n. 70081499170**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das execuções deferiu o pleito do paciente de visitação de seu enteado nas dependências do instituto penitenciário em que se encontra enclausurado (fls. 575-576).

Por sua vez, o Ministério Público Estadual interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal de origem, que deu provimento ao recurso, conforme v. acórdão de fls. 609-618 assim ementado:

"EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE VISITAS DE CRIANÇA.

O ingresso das crianças no ambiente prisional afronta as disposições protetivas do Estatuto da Criança e do Adolescente, artigos 18 e 70, pois o presídio é um ambiente com graves problemas psicossociais, que podem colocar em risco a saúde física e psicológica de qualquer pessoa, muito mais de criança com tenra idade, como é o caso do enteado do apenado, que conta com 5 anos de idade. Com efeito deve ser preservada a saúde física e psicológica da criança, preponderando tal direito em sobreposição ao interesse do apenado em receber a visita de menores. Portanto, a decisão recorrida deve ser revogada.

**AGRAVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PROVIDO.
UNÂNIME."**

No presente **writ**, a impetrante alega que *"a visitação dos companheiros, parentes e até mesmo dos amigos é direito assegurado ao apenado pelo artigo 41, inciso X, da LEP, como corolário da preservação da própria dignidade humana do encarcerado, direito esse, vale lembrar, de matiz constitucional. Através desse direito, pretende-se assegurar o contato do preso com o mundo exterior e com as pessoas que lhe são afetivamente próximas, facilitando-se, assim, a tarefa da ressocialização e afastando-o da futura delinquência"* (fl. 5).

Aduz, ainda, que *"restringir o direito dos infantes de conviver com aquele que por eles nutre sentimento afetivo, de pai, é ir de encontro ao determinado pelos arts. 4º, 15 e 16 do ECA. Por essa razão, a vedação da visita do enteado do apenado só trará desvantagens para ambos"* (fl. 9).

Requer, assim, liminarmente, *"a suspensão da decisão do Tribunal a quo até o julgamento do mérito do presente writ"* (fl. 11) e, no mérito, pugna pela concessão da ordem, cassando o v. aresto ora reprochado, a fim de que seja restabelecida a decisão de primeiro grau.

É o relatório.

Decido.

A análise do pleito excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito do **writ** e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Superior Tribunal de Justiça

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de 1º grau e ao eg. Tribunal **a quo**.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator